



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 252 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lígia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); -----

----- Ponto dois: Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano 2008, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- Ponto três: Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano de 2008, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- Ponto quatro: Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse para a economia do Município da existência de uma unidade industrial de destilaria de aguardente, sita em Vale de Avim, Freguesia da Moita, em nome de Caves do Solar de São Domingos, S.A., de acordo com o previsto na alínea e) do n.º 1 do art.º 19.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Anadia. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas quinze horas e trinta minutos. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----
- • Fernando Morais da Silva – GM do PSD; -----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Lígia Filipe Seabra – GM do PSD; -----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD; -----
- • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----
- • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----
- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS; -----
- • Jaqueline Soares dos Santos – GM do PSD; -----
- • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Acácio da Conceição Maças – GM do PS; -----
----- • João Alves Morais – GM da CDU; -----
----- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----
----- • António Manuel da Costa Faria Cavadas – GM do CDS-PP; -----
----- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD; -----
----- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----
----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF): -----
----- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguim; -----
----- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD – PJF da Amoreira da Gândara; -----
----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD – PJF de Arcos; -----
----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -
----- • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
----- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
----- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita; -----
----- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; ---
----- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
----- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
----- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
----- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----
----- Não compareceu à sessão e não solicitou a sua substituição o Senhor Deputado, do indicado GM: -----
----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS. -----
----- Igualmente não compareceu à sessão mas solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 16.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, o seguinte Senhor Deputado e PJF: -----
----- • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos – substituído por António Floro dos Santos Ferreira. -----
----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----
----- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente; -----
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----
----- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----
----- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador. -----
----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro: -----
----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no início do período de antes da ordem do dia (PAOD) colocou à discussão a acta número duzentos e quarenta e oito, referente à sessão ordinária do passado dia vinte e nove dias do mês de Junho, a qual tinha sido previamente distribuída pelos Senhores Deputados Municipais. Não tendo havido lugar a qualquer intervenção dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor. -----

----- Antes de entrar no período de intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota ao Plenário de que as actas números duzentos e quarenta e nove, duzentos e cinquenta, e duzentos e cinquenta e um, iriam transitar para uma próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em conformidade com o que tinha sido acordado na reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais (CRGM). -----

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque motivo estavam três actas para aprovar, quando, que de acordo com o RAMA, as actas devem ser aprovadas na sessão seguinte. Disse já ter sido esclarecido pelo Senhor Presidente da Assembleia mas estava em desacordo, porquanto considera que deve ser o Senhor Presidente da Câmara a fornecer-lhe essa resposta e porque, havendo um funcionário para elaborar as actas, não compreende como as actas não estavam em dia e tinham três para aprovar. -----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre a matéria, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio porque, como disse, cabe ao Presidente da Assembleia fazer cumprir o RAMA. Assim sendo, e dirigindo-se ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), no seguimento do que tinha informado na CRGM, relembrou que já tinha sido transmitido ao Senhor Presidente da Câmara que existia, de facto, algum atraso na feitura das actas e que lhe tinha sido solicitado que, junto da pessoa responsável, pudesse ser agilizado o processo de elaboração das actas. Acrescentou, ainda, que a questão da aprovação das actas é da competência exclusiva do Presidente da Assembleia e da Assembleia Municipal, e não do Senhor Presidente da Câmara, o qual poderá, eventualmente, e se o quiser fazer, falar relativamente à pessoa que tem esta incumbência, porque, de resto, era unicamente ao Presidente da Assembleia que o Senhor Deputado deveria dirigir o seu pedido de esclarecimento. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que o assunto estava explicado com as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, porquanto não era da sua competência a gestão da situação mas, sim, do Presidente da Assembleia. No entanto, informou não ter tido qualquer *feed-back* nesse sentido, mas adiantou que a Câmara estaria disponível para apoiar todas as diligências necessárias no sentido da melhor solução da questão, pelo que nada mais tinha a comentar porque concordava inteiramente com as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que referiu que o Senhor Presidente da Câmara não tinha que colaborar porque a Câmara era obrigada a dar todo o apoio, disponibilizando um funcionário para o efeito. De qualquer forma, constatou que o facto era que as actas tinham de ser aprovadas na Assembleia seguinte e, por culpa técnica, por culpa de alguém que estaria a fazer as actas, da responsabilidade do Senhor Presidente, não tinha tempo, por ter outros serviços para fazer, concluindo que o Senhor Presidente da Câmara era quem tinha de arranjar uma pessoa para fazer as actas. -----

--- Tendo o Presidente da Assembleia Municipal concedido de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este começou por dizer que o Senhor Deputado, antes de apresentar a questão, se deveria informar. Explicou, de seguida, que a Câmara Municipal tinha uma funcionária ao serviço da Assembleia Municipal para esse trabalho e recomendou ao Senhor Deputado para tentar saber qual o serviço extra, ou o tempo que a Câmara dá aos seus funcionários para fazer qualquer tipo de actividade, porque para poder acusar, deveria fazê-lo com verdade. Continuou esclarecendo que a Câmara de Anadia não retira nenhum funcionário da missão que lhe é incumbida, por despacho ou por outra forma administrativa, portanto é bom que o Senhor Deputado tenha em atenção que são acusações fúteis que não têm qualquer cabimento. Disse ainda que até ao momento não lhe tinha chegado nem da funcionária nem de outra pessoa qualquer, qualquer indicação que tinha falta de tempo. Portanto se há que responsabilizar alguém que não faça ao Presidente da Câmara, pois não lhe compete esta responsabilidade. -----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que ele próprio, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, bem como a Primeira Secretária, no final da última sessão extraordinária, no passado dia quinze de Dezembro, se tinham dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, tinham exposto a questão e transmitido a sua preocupação sobre algum atraso que se tinha vindo a verificar relativamente às actas, tendo solicitado ao Senhor Presidente da Câmara para que, junto da responsável, pudesse agilizar a sua elaboração. Pelo exposto, disse ao Senhor Deputado que estavam a perder tempo com aquela questão, porquanto o Senhor Deputado já estaria esclarecido, mas que, mesmo assim, lhe iria dar novamente a palavra para usufruir do direito de resposta. -----

----- De novo em posse da palavra, o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) disse que pretendia, apenas, confirmar o que tinha ouvido, na medida em que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que só na Assembleia em curso tinha tido conhecimento da situação, quando não era verdade, pelo que não era o seu GM mau da fita, nem quem queria problemas. -----

----- Para usar do mesmo direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que confirmou ter sido no dia da Festa de Natal da Câmara Municipal e dos SMAS que tinha sido informado de que havia algum atraso nas actas. Continuou referindo que o Senhor Deputado deveria exercer a sua acção fiscalizadora, pelo que se sabia que as actas andavam atrasadas já o devia ter dito há mais tempo, mas que não tinha o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direito de fazer acusações. Afirmou então que o Presidente da Câmara tinha tido conhecimento da situação de atrasos naquele momento, e nunca antes, pois o assunto tinha sido exposto ali pela primeira vez. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, uma vez mais, a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), tendo-lhe recomendado que tentasse sanar a questão, para não se perder mais tempo. O Senhor Deputado afirmou que não pretendia mais polémica sobre o assunto, mas lembrou existirem quatro representantes de GM que sabiam, tão bem quanto ele, que a responsabilidade não era da Assembleia Municipal, concluindo que se estava a aprovar uma acta de vinte e nove de Junho, quando estavam em Dezembro. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia interveio para esclarecer que ele e a Primeira Secretária tinham falado com o Senhor Presidente da Câmara, não no dia da Festa de Natal, como o Senhor Presidente da Câmara tinha dito, mas no dia quinze de Dezembro, no dia da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, ao que o Senhor Presidente da Câmara confirmou, de imediato, o contacto ter ocorrido precisamente nessa data. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) para intervir sobre a matéria. O Senhor Deputado constatou tratar-se de uma situação que não era normal e que não deveria ser prolongada e que, efectivamente, as actas há alguns meses que andavam atrasadas. No entanto, referiu que o importante era saber se o problema estaria ou não a ser resolvido para, em breve, se ter as actas actualizadas. Disse compreender a dificuldade de transcrever uma acta, que imaginava um trabalho quase ciclópico, mas referiu que as mesmas têm de ser aprovadas na sessão seguinte, e que convinha repor esta situação. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que em resposta ao Senhor Deputado disse estar de acordo com ele, nomeadamente quanto ao facto de ter de se sanar o problema, tendo-se comprometido, na parte que lhe cabe, "fazer melhor". -----

----- Na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para terminar o assunto, confirmando que a informação que o Senhor Presidente da Câmara lhes tinha transmitido era que tudo iria fazer para que a questão fosse sanada. Registou, também, que a situação tinha sido várias vezes abordada nas reuniões da CRGM, sobretudo na última, sendo que tinha havido sempre compreensão por parte de todos os GM relativamente à matéria. No entanto, reconheceu existir um limite para a resolução da questão e acrescentou que, na altura, tinha ficado definido que a solução para o caso iria acontecer este ano. Encontrada a solução, esperava-se que tudo corresse pelo normal, como era apanágio da Assembleia Municipal, dando o assunto por encerrado, após o que, de imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) para intervir. -----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) começou por referir que, provavelmente, seria o último dia a que assistia a uma sessão da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal, considerando uma comunicação remetida pela Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), relativa a uma alteração da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais. Nesse sentido, informou que a Junta de Freguesia de Avelãs de Cima decidiu enviar uma comunicação aos Senhores Líderes Parlamentares, aos Senhores Presidentes dos dois maiores Partidos e deu conhecimento do seu conteúdo, tendo passado a ler a mesma, a qual se transcreve, de seguida, na íntegra: "Projecto de alterações à lei eleitoral dos órgãos das Autarquias locais - Exmos. Senhores: Os nossos melhores cumprimentos. Conforme já ouvimos aflorado, em vários órgãos de comunicação social, e agora nos foi confirmado pela Associação Nacional de Freguesias, preparam-se algumas alterações à lei eleitoral dos órgãos das Autarquias locais. Esta Junta de Freguesia orgulha-se de ao longo dos anos ter prestado esmerados e esforçados serviços às populações que serve espalhadas por 16 povoações que salpicam uma extensa área florestal e agrícola, isto com 4/5 dos escassos recursos postos à sua disposição, porque 1/5 já nos é retirado através do IVA. Tem sido brio e dedicação à nossa terra e às gentes que nela habitam o incentivo ao nosso trabalho, já que as mordomias, os avantajados salários, as chorudas reformas e outras benesses são reservados àqueles que de seus tronos, vão emanando leis absurdas e completamente desajustadas do País em que nós outros vivemos. Isto porque na maior parte dos casos nunca desceram ao País real, nem fazem ideia das condições de vida, das necessidades do povo comum. Seria um exercício agradável vê-los desempenhar as suas funções com os duzentos "euritos" mensais com que nós, membros das Juntas de Freguesias rurais, temos que pagar os combustíveis e outras despesas de nossas viaturas que utilizamos ao serviço da Autarquia e a "côdeazita" que nos vai alimentando, para podermos dar o corpo ao manifesto em prol da mesma. Mesmo já acostumados, a que nos tratem como cidadãos de terceira categoria, custa-nos a engolir que até esta vozita que tínhamos aqui na Assembleia Municipal no que concerne às opções do plano e proposta de orçamento da Câmara Municipal nos sejam retirados, nos querem calar. Será que fazem alguma ideia das condições de vida de uma freguesia rural? Será que fazem alguma ideia do que é este País abaixo das suas varandas? A Junta de Freguesia de Avelãs de Cima do Município de Anadia, na sua humildade, sente-se humilhada com mais esta machadada na sua dignidade e rejeita com veemência o projecto de alteração em questão. No seu objectivo retirar aos representantes das freguesias, a faculdade de se expressarem pelo voto, quanto às opções do plano, por considerar que as alterações propostas são atentatórias da dignidade das freguesias e dos seus representantes e amordaçam a essência da participação democrática. Na hipótese que esperamos que seja remota deste projecto ser posto em prática, teremos que equacionar a nossa viabilidade e vontade de nele sermos integrados. Sendo o que nos oferece, subscrevemo-nos. Junta de Freguesia Avelãs de Cima". -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Armando Pereira, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou alguns esclarecimentos relativamente a esse Projecto de Lei, apresentado em conjunto pelo PS e pelo PSD, com o qual disse ser solidário, respeitando o seu partido, nomeadamente no que diz respeito à disciplina de voto, mas afirmou discordar do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmo quanto a algumas soluções definidas no acordo, não tendo por isso o assinado e não pretender fazê-lo. Deu, então, nota de algumas, talvez as mais importantes alterações, referindo que haverá uma única lista (à Assembleia Municipal), em vez das duas listas como até agora, ou seja, à Assembleia e à Câmara Municipal. Esclareceu ainda que o cabeça de lista da lista mais votada, será o Presidente da Câmara, que depois, no actual cenário de sete membros do executivo, ou seja, de seis vereadores no total, escolherá dos vários membros eleitos da Assembleia Municipal, quatro elementos da sua escolha directa, reservando-se dois para a oposição, pelo que só no caso dos vereadores da oposição é que se aplicará o método de *hondt*. Independentemente da expressão da vitória de uma lista, quer seja por 30, 35 ou 40%, considerando o facto de não haver maioria, é sempre concedida ao Presidente da Câmara eleito, a maioria no executivo. Contudo, o mesmo terá se submeter a sua equipa à apreciação da Assembleia Municipal que a poderá rejeitar através de moção aprovada com maioria de três quintos dos membros eleitos directamente. Na Assembleia Municipal, funcionará a distribuição pelo método de *hondt*, que é aliás o actual critério de distribuição. Explicou ainda que há duas matérias em que os PJJF perdem poder ou direitos. A primeira é que os PJJF não poderão votar as moções de rejeição ao executivo apresentado pelo Presidente da Câmara. A segunda é que os PJJF ficam também excluídos de votar, como disse o Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), o orçamento e as opções do plano. Resumidamente, disse que uma das alterações refere-se a algo que já existe na Lei (orçamento e nas opções do Plano), a outra, é uma questão nova, que é a moção de rejeição. Continuando, referiu existirem outras alterações, que são alterações de menor importância, sendo certo que o diploma está a levantar, junto das duas bancadas, quer da bancada que suporta o Governo, ou seja, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer junto de certos Deputados do PSD, algumas dúvidas profundas e dissonantes, esperando-se que na especialidade muitas das questões sejam limadas, ainda que não acredite que relativamente aos princípios de fundo, e o que tinha dito eram os princípios de fundo, que se verifiquem alterações de monta. Em qualquer dos casos, disse que deixava ao plenário a nota do que era o projecto, e do que será, a ser eventualmente aprovado o projecto, a nova lei, disponibilizando-se para, se pretenderem, facultar cópia do referido projecto de lei. -----

----- Concluída a explicação, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que sobre a matéria, começou por declarar que não competia à Câmara Municipal de Anadia, nem a qualquer um dos seus elementos fazer leis, muito menos aprová-las, ou propô-las. Reconhecendo que a Lei tem muitas coisas positivas, considera ser urgentemente necessário, antes mesmo da sua aprovação e consequente publicação, que sejam revistas as competências e direitos democráticos dos PJJF, porque questiona se as Freguesias poderão, em termos de responsabilidade, reivindicar determinadas obras e determinadas acções para as suas terras. Reconheceu, também, ser bastante complicado, com o Projecto de Lei em questão, para muitos Partidos que terão de arranjar bons elementos para a sua lista para a Assembleia Municipal, dos quais sairá a composição da Câmara Municipal, acrescentando que haverá por certo algumas



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesias, que apesar de serem maiores, perderão a sua representatividade, o que significa uma clara manipulação da democracia. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, constatou haver diferença entre a Legislação em vigor e o referido Projecto de Lei, o que, em sua opinião, nem por isso trará qualquer melhoria em termos de representatividade democrática, dizendo que os PJF têm uma palavra mais eficaz junto da Câmara da maneira como a Lei está nos dias de hoje, apesar de entender que o modelo apresentado pelo Projecto de Lei é mais vantajoso para os Presidentes da Câmara. A terminar, referiu não existirem leis perfeitas, mas a proposta, não sendo perfeita, não deveria ser posta em prática sem verificarem, com algum cuidado, os seus pontos negativos. Portanto, considerou que não será fácil encontrar, com a nova lei, uma representatividade de forma tão eficaz, quanto a que tem sido, pelo menos no que diz respeito a grandes discussões, de grande desenvolvimento de projecto, que em todos os concelhos, que em todas as Câmaras existe. Concluiu, mesmo, declarando nada mais ter a informar, que não, também, a sua discordância, senão totalmente, mas em muito daquilo que a lei contém. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que no uso da palavra apresentou o seu protesto em relação ao Projecto de Lei, pela forma como pretende destronar mais um ramo da árvore que era a constituição democrática, que diz que todo o cidadão tem o direito de intervir, desde a comissão de moradores, até ao Presidente da Câmara. Nesse âmbito, considera que a posição que o Governo está a tentar impor, porque é um projecto do Governo. Continuou afirmando que não era por mero acaso que o Presidente da Assembleia Municipal de Águeda, membro do Partido Socialista, fez afirmações, exigindo que os PJF do seu concelho não tivessem o direito de participar e votar nas Assembleias Municipais, e que se deveriam remeter, única e exclusivamente, à sua freguesia. Disse que isto era uma clara forma de tirar direitos ao regime democrático, de penalizar a democracia e, portanto, a posição do PCP era de rejeição total a esse Projecto de Lei. -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), tendo este beneficiado um minuto que lhe tinha sido transferido pelo GM do PSD, visto que já tinha esgotado todo o seu tempo no PAOD. -----

----- O Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) passou a apresentar duas breves questões. A primeira, sobre a Festa de Natal dos funcionários da Câmara, para sugerir que a sua data fosse alterada para que a Assembleia Municipal pudesse ser antecipada quinze dias. A segunda, relativa ao pedido de tempo dos Grupos Municipais e ao facto de ter sido concedida a possibilidade ao PSD, no âmbito dos cinco minutos de interrupção autorizados pela Mesa, de reunir no gabinete existente da parte de trás da Mesa. Disse que lhe pareceu que o GM do PS "foi reunir na casa de banho", o GM da CDU reuniu nas escadas e ele "como não poderia andar" ficou junto "à porta". Propôs, então, que a Câmara arranje salas para cada GM poder fazer as suas reuniões, quando for o caso. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que começou por referir que a matéria suscitada e levantada pelo Senhor Armando Pereira (PSD), como Presidente de Junta, merecia, também, a atenção do GM do PSD. E a razão dessa atenção prendia-se, segundo o Senhor Deputado, com o que se vinha passando, nos últimos tempos, porque o poder Autárquico foi uma das grandes conquistas, de facto, do vinte e cindo de Abril, poder autárquico esse que, de algum modo, fica diminuído e amputado com o cercear das gentes, dos Presidentes e dos eleitos pelas Autarquias. Nessa medida, referiu que o PSD a nível nacional e, em particular, na sede fundamental da democracia, que é o parlamento, tem lutado, e lutou por forma a que os PJJ não passassem de meros assistentes na Assembleia Municipal. Para concluir, declarou que o Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) e outros Autarcas fazem bem em levantar essa questão, que a todos preocupa por se tratar de uma redução do poder autárquico e do poder das liberdades fundamentais de expressão nos órgãos que são eleitos directamente, por sufrágio universal e directo. -----

----- No seguimento das intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para produzir o comentário que as mesmas lhe aprovassem. No uso da palavra O Senhor Presidente da Câmara interveio apenas para dizer ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que a Câmara era uma instalação pública e que tinha inúmeras salas disponíveis, pelo que era uma questão de se escolher. -----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tinha recebido mais alguma comunicação do Senhor Ministro da Saúde, tendo aproveitado para realçar e saudar todos aqueles que se manifestaram publicamente no último domingo, na manifestação contra o encerramento das urgências do Hospital de Anadia e, em particular, o Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores, que tinha sido o único eleito que representou a vontade própria da sua freguesia e muito daqueles descontentes do concelho, demonstrando estar ao lado da população. Pelo exposto, disse que pretendia que ficasse registado em acta essa sua posição de coragem, de rebeldia ao grupo do Partido Socialista, a coragem do PJJ José Maria Ribeiro, de Mogofores, pela forma democrática, participativa, de honestidade e de competência, de luta ao lado das populações. -----

----- Logo após a intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD) para fazer uma consideração sobre o assunto que tinha acabado de ser colocado em discussão, o serviço de urgências do Hospital de Anadia. Assim, o Senhor Deputado constatou ter visto artigos sobre o que se tinha passado na sessão anterior da Assembleia Municipal, sobre a indignação de algumas pessoas com as forças policiais. No entanto, recordou que não os tinha visto escrever nem falar sobre a sessão seguinte da Assembleia, nem sobre a manifestação, justamente nos mesmos moldes da liberdade, ou de coação, tendo deixado o comentário



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“mudam-se os tempos, mudaram-se as vontades”, referindo que a liberdade era restringida todos os dias. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de imediato, a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que perguntou ao Senhor Deputado João Morais (CDU) se tinha estado a controlar as pessoas que estiveram na concentração e na manifestação, para dizer que do partido socialista esteve apenas o Senhor Deputado José Maria Ribeiro (PS). -----

----- Para exercer o direito de resposta, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que passou a informar o Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) de que a CDU não controlava quem quer que fosse, pelo contrário, e, simultaneamente, estranhou a intervenção do Senhor Deputado, porquanto os Deputados do PS, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal afirmaram que estavam ao lado da população, que estavam ao lado na defesa das urgências, e não os viu e gostaria de ter visto. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia informou o Plenário de que tinha sido apresentada à Mesa da Assembleia uma moção da autoria do GM do PSD, com a epígrafe “Contra o gravoso Orçamento do Estado e PIDDAC para 2008”, um documento que disse ser algo extenso, pelo que solicitou aos serviços que o fotocopiasse e distribuisse pelos Deputados Municipais, pelos membros do executivo e pela comunicação social. Pediu, depois, à Primeira Secretária para ler o documento, o qual se encontra arquivado junto ao livro de actas. -----

----- Concluída a leitura da moção e antes de passar à sua discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder à interpelação directa que tinha sido feita pelo Senhor Deputado João Morais (CDU) relativamente à questão do Hospital. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, começou por referir que aguardava uma resposta objectiva e informou o Senhor Deputado que o contacto que tinha tido com o Senhor Ministro foi, um primeiro telefonema, na passada quarta-feira, pelas dezanove e trinta minutos, que demorou meia hora, numa tentativa de demover o Senhor Ministro, ainda que lhe tivesse parecido que não seria intenção do Senhor Ministro voltar atrás na decisão. Mais tarde, pediu-lhe, porque não tinha conhecimento oficial da decisão, para que lhe fosse enviado o despacho de encerramento das urgências, despacho esse que tinha sido enviado no dia anterior, já bastante tarde, e que se necessário para avançar com uma providência cautelar que informou que iria ser apresentada no Tribunal Administrativo de Viseu. Confirmou, então, que o Senhor Ministro tinha tido o cuidado de enviar o despacho a confirmar o encerramento do serviço de urgências no dia dois de Janeiro de dois mil e oito e que tinha sido esse o contacto havido com o Senhor Ministro. -----

----- Sobre a questão anteriormente discutida sobre quem tinha estado na manifestação, o Senhor Presidente da Câmara lembrou que o importante não era fazer contas a quem tinha estado presente, mas que seja dito que estava muita gente, porque considera que as pessoas não devem ser rotuladas, nem controladas, como foi dito. Acrescentou, também, que todos deveriam estar satisfeitos pela forma como o povo se manifestou, porque é o povo quem vai



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sofrer as consequências de forma mais directa, acabando por se declarar disponível para estar junto do povo, sem qualquer opção política, a lutar pelo restabelecimento do que pretendem tirar, tendo considerado, que em breve verão que estão enganados ou então é a anulação do Serviço Nacional de Saúde). Disse que o que se estava a passar era deveras penalizante, não só para o concelho de Anadia, mas para todo o País. -----

----- No seguimento do esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para intervir. Começando por comentar a questão levantada sobre as urgências do Hospital de Anadia, informou que a posição do Partido Socialista se mantinha e que seria, evidentemente, de solidariedade para com as posições da Câmara Municipal. Manifestou, mais uma vez, o desgosto do GM do PS com o encerramento das urgências do Hospital, por considerarem uma perda da qualidade dos serviços de saúde prestados à população do concelho de Anadia, continuando, no entanto, a apelar ao Presidente da Câmara para que mantenha o espírito negocial, ainda que possa parecer não fazer sentido e ainda que seja tarde demais. Ainda sobre a questão do encerramento do serviço de urgências do Hospital de Anadia, informou os presentes de que, imediatamente a seguir à sessão extraordinária da Assembleia Municipal, que teve lugar no passado dia quinze de Dezembro, no Pavilhão de Desportos de Anadia, o PS de Anadia tinha tomado a iniciativa, à semelhança do apelo que tinham lançado ao espírito negocial do Senhor Presidente da Câmara, de também apelarem, formalizando através da escrita, à Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) que manifestasse e mantivesse a mesma disponibilidade negocial. Isto porque o PS de Anadia considera existir, ainda, muita coisa em aberto e porque considera não se tratar, apenas, da questão estrita das urgências do Hospital, mas do próprio futuro do Hospital, das suas valências e das suas contrapartidas, que estão previstas no protocolo que foi apresentado à Câmara Municipal, com determinadas valências para o Hospital. -----

----- Entretanto, o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) recordou uma notícia, veiculada no Diário de Notícias, sobre a questão de Anadia, com o título que o Ministro fechou Anadia por telefone, para referir que, a seu ver, não lhe parecia correcto porque o próprio Ministro tinha tido a preocupação de transmitir pessoalmente ao Senhor Presidente da Câmara a decisão, antes mesmo de assinar o despacho, e a própria notícia apresenta citações de declarações do Ministro, em que promete em que as gentes de Anadia ficarão admiradas porque a unidade será transformado num grande Hospital. Perante estas declarações, disse que quem lê, e principalmente as pessoas de Anadia, ficam com uma expectativa de que o futuro lhes trará a concretização desta promessa, reconhecendo, no entanto, tratar-se de uma declaração do Ministro que contrasta com outras declarações que apareceram nos últimos dias, que atribuem a responsabilidade ao Senhor Presidente da Câmara do que estava em causa, que não eram só as urgências, mas que era o encerramento do próprio Hospital. Para concluir, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta essa declaração do Ministro, tendo em conta o próprio conteúdo do protocolo, que pretende valorizar determinadas competências do Hospital e



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aumentar as suas valências em termos de cuidados de saúde prestados à população, excepto no caso das urgências, claro, o que o levava a dizer e a prever que o Hospital, que o próprio Hospital da Anadia poderia vir a ser encerrado. -----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por confirmar que o Senhor Ministro da Saúde, antes de assinar o despacho, lhe tinha dito que não era um homem vingativo e que iria, inclusivamente, transformar o Hospital de Anadia num grande Centro Hospitalar. Mas esse estatuto já o Hospital de Anadia tinha, referiu, porque tinha tudo o que o protocolo estava a propor. No entanto, declarou que o Senhor Ministro, perante a não assinatura do protocolo pela Câmara Municipal, lhe disse que o Hospital não tinha médicos e que a funcionar como se encontra actualmente, no espaço de cinco anos acabaria por morrer. Entretanto, passou a ler um documento elaborado pelo Gabinete do Senhor Ministro, na sequência do pedido de clemência para com as urgências do Hospital de Anadia apresentado pela Câmara Municipal, do qual passou a ler algumas passagens, nomeadamente, que o Hospital de Anadia tem uma capacidade instalada de quarenta e quatro camas, sendo vinte e quatro médicas e vinte cirúrgicas; tem cinco gabinetes de consulta médica; tem uma sala de pequena cirurgia; tem uma sala de bloco convencional, para além do número de internamentos; no ano de dois mil e seis passaram pelas urgências do Hospital de Anadia trinta e nove mil e sessenta e três utentes. No mesmo documento, entre outras coisas, diz que tem muita gente a trabalhar no Hospital; que o quadro é demasiado caro, com um total de nove médicos, sendo três internistas, dois cirurgiões, um radiologista, um pediatra e um anestesista. Dito isto não percebe como o Senhor Ministro diz que o Hospital não tem médicos. -----

----- Continuando a sua dissertação sobre o documento remetido pelo Gabinete do Ministro, leu o que o mesmo dizia sobre os vínculos do Hospital de Anadia, quanto a enfermeiros tem 51 enfermeiros e tem outros onze supostamente por contrato; o pessoal dirigente tem cinco pessoas; tem três técnicos superiores, dez técnicos de diagnóstico e terapêutica, vinte e cinco administrativos, num total de cento e oitenta e duas pessoas, o que leva a questionar para onde irão todas essas pessoas com o encerramento do serviço de urgências. Falou, também, e como se tudo o resto não fosse suficiente, que o documento fazia referência a quanto o Hospital de Anadia tinha gasto, designadamente que tinha havido um aumento de 17% em medicamentos, menos 13% em consumo clínico e que há mais 7,95% de FSE. No entanto, constatou, também, que o documento mencionava números astronómicos de despesa mensal realizada no Hospital de Anadia, mas que não indicava o que era gasto no Hospital dos Covões, nem nos Hospitais da Universidade. Referiu, ainda, que o documento apresentava, como nota final, que a ARSC estaria a trabalhar o protocolo de acordo com a Câmara Municipal, o que refutou de imediato porque o protocolo não tinha sido elaborado pela Câmara Municipal e não tinha sofrido qualquer alteração desde o primeiro dia em que foi entregue ao Presidente da Câmara, era exactamente o mesmo, acrescentando não ter havido qualquer conversação para levar a efeito qualquer tipo



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de alteração ao mesmo. O que lhe tinha sido apresentado não era mais do que a “chapa” dos protocolos que apresentou a muitos autarcas, que hoje “torcem o nariz”. -----

----- O protocolo propõe criar uma consulta aberta das oito às vinte e quatro horas, dando até a ideia a muita gente que é uma urgência, mas que de facto não é nenhuma urgência. Os médicos sabem que não é nenhuma urgência, afirmando ainda, que os médicos do Centro de Saúde e do Hospital se têm recusado permanentemente a dar qualquer tipo de informação à Câmara Municipal por motivos que todos entenderão. Disse que o Senhor Ministro chegou a referir que o que estava em causa era unicamente uma interrupção das urgências, o que não corresponde à verdade, sendo uma tentativa de enganar as pessoas. O Senhor Presidente considerou, então, que as pessoas andavam a ser enganadas, na medida em que o protocolo, e voltou a ler, propõe que será criada uma consulta aberta, das oito às vinte e quatro horas, a realizar nas instalações do Hospital de Anadia, mas a cargo do Centro de Saúde, e que a ideia era aproveitar os meios instalados no estabelecimento hospitalar, reforçando a capacidade de tratamento em algumas especialidades, tais como, ginecologia, oftalmologia e saúde oral. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), constatou não ser suficiente, nem constituir motivo para ficar tranquilo, o que estava a ser proposto para Anadia, porque o Senhor Ministro tinha apostado em acabar com um hospital onde gastou seiscentos a setecentos mil contos há tão pouco tempo, concluindo não poder permitir que o Governo continuamente sobrecarregue os seus munícipes e, depois, lhes destrua tudo. Disse, ainda, saber que o Senhor Deputado pretendia o melhor para Anadia, por isso se encontrava na Assembleia, mas adiantou, lamentavelmente, não vislumbrar qualquer boa vontade de quem quer que seja para alterar o rumo da situação, pelo que apelou a que todos se unissem para lutar, sem misturar políticas, para que deixem de fazer mal a Anadia e para que não se torne numa aldeia sem nada. -----

----- Em jeito de conclusão, o Senhor Presidente da Câmara adiantou que todos teriam de começar a acreditar que a partir do próximo dia dois de Janeiro de dois mil e oito o Hospital de Anadia iria deixar de existir, pelo que tinha dúvidas se iriam haver números suficientes para justificar o tal serviço de pediatria e de todas as outras especialidades propostas, porquanto não existia lá um médico para gerir os equipamentos. No entanto, disse que Anadia estava a exigir um tratamento não discriminatório, sendo que o que se estava a passar era discriminatório porque os números apontam para tal, considerando, principalmente a situação do Hospital de Águeda. Mencionou que Águeda tem situação pior que a de Anadia em termos de doentes urgentes e emergentes, mas que não estão a ter problemas. Questionou como é que não há condições financeiras para funcionar uma urgência em Anadia e há em Águeda. Por aqui se vê que a discriminação é clara é evidente. Isto tem de ser explicado, a não ser que os doentes de Anadia tenham que dar mais uma voltinha como fez a ambulância há pouco em Mogofores, quando “perdeu o norte”. Afirmou que nunca aceitará ser discriminado, considerando que o Senhor Ministro, de uma forma irresponsável, na sua modesta opinião, estava a anular um serviço de uma valia, reconhecida, inclusivamente, pelos concelhos vizinhos. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia pediu à Primeira Secretária para proceder à leitura de um requerimento apresentado pelo GM do PSD, em que era solicitado que o documento acabado de ler pelo Senhor Presidente da Câmara, bem como o despacho de encerramento do serviço de urgências do Hospital de Anadia fosse distribuído a todos os Deputados Municipais, no âmbito do exercício das suas funções, que se encontra anexo a esta acta. -----

----- Tendo havido concordância na distribuição dos documentos solicitados, da parte do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, de imediato, a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para concretizar a segunda parte da sua intervenção, anteriormente solicitada. Falando da moção apresentada pelo GM do PSD relativamente ao Orçamento do Estado e ao Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), confessou-se perplexo com o que o PSD, tendo adiantado, de imediato, que o GM do PS iria votar contra essa moção "de censura", que lhe parecia uma iniciativa muito pouco séria, pois o local próprio para votar o Orçamento do Estado e o PIDDAC é a Assembleia da República e estão votados, pelo que, o que os "Senhores do PSD de Anadia" pretendiam, com a moção da censura, mais lhe parecia uma "mascarada política". -----

----- Continuando, referiu que, afinal, o PSD do concelho de Anadia tinha pouco que se queixar, porque as transferências correntes e os financiamentos do Estado ao concelho de Anadia têm aumentado significativamente, apesar das queixas e das lamúrias contra a Lei das Finanças Locais (LFL), as transferências correntes aumentaram, no corrente ano, duzentos e dez mil euros, as transferências de capital duplicaram de um ano para o outro. Portanto, considerou que o PSD de Anadia se deveria preocupar com o orçamento do concelho de Anadia, que não está em condições, e não é por falta de transferências do Estado. Referiu que o orçamento que iria ser discutido para o concelho de Anadia não é melhor, lamentavelmente, não por culpa do Estado, não por falta de transferências do Estado, nem por causa da LFL. Mencionou que o PSD de Anadia se deveria preocupar com a política local, e não com a política nacional que, afinal, está votada, num lugar próprio, que é a Assembleia da República. A terminar, informou que na altura, iriam pedir cinco minutos antes da votação dessa moção. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia atribuiu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) que demonstrou, também, algum espanto com a intervenção do GM do PS, na pessoa do Deputado Cardoso Leal (PS), ao apelidar a moção de uma proposta pouco correcta. Aproveitou, então, para chamar à colação que quando o GM do PSD apresentou uma moção relativamente ao encerramento do serviço de urgências do Hospital de Anadia, o GM do PS a tinha apelidado de pouco séria, pouco correcta e prematura. Constatou, entretanto, o facto de que presentemente, os Deputados do GM do PS estavam curvados e nem sequer queriam que se falasse no assunto das urgências, porquanto viram o logro em que caíram, como representantes locais do PS, esse sim, enganador, esse sim, que faz propostas menos sérias, mesmo desonestas, não o PSD. Para terminar, solicitou aos elementos



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do GM do PS para que dissessem, com clareza, a todo o Plenário, se seria ou não verdade que o novo Orçamento do Estado iria provocar um grande estrangulamento nas Autarquias Locais. ---

----- Também para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que passou a explicar que tinha apresentado números em como o concelho de Anadia não tinha que se queixar das transferências do Estado e recordou, uma vez mais, o que tinha dito e que iria continuar a dizer aquando da discussão do orçamento do Município de Anadia, que as transferências correntes aumentaram duzentos e dez mil euros, as transferências de capital duplicaram de cinco milhões de euros para qualquer coisa como dez milhões de euros, pelo que a resposta estava dada. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) para tecer um pequeno comentário em duas partes. Numa primeira questão, referiu compreender ser extremamente embaraçoso para qualquer partido, quando se está no terreno e se tem de ser confrontado com decisões que as pessoas que são da mesma parceria política têm que tomar. Declarou, então, perfilhar das palavras que tinham sido proferidas pelo seu colega de bancada relativamente à posição do GM do PS sobre a questão das urgências do Hospital de Anadia, tendo mesmo chegado a afirmar que todos poderiam estar perfeitamente despreocupados porque o futuro não iria trazer o encerramento das urgências do Hospital de Anadia. Perante todo o cenário em volta dessa questão, declarou-se mesmo convencido de que o destino do Hospital de Anadia será o mesmo de outras instituições do concelho, porque considera que a pretensão do Partido Socialista, ainda que não tenha capacidade nem argumentação para as fazer desaparecer, vestindo-as, apenas, de maneira diferente, dando-lhe outros serviços, é transformar a saúde, a educação e tudo o que dá despesa ao Estado em situações particulares e, por isso, duvida seriamente que o Hospital de Anadia vá continuar a funcionar ou se não será passado para uma outra qualquer instituição ou para outra qualquer situação. -----

----- O Senhor Deputado aproveitou para deixar uma reflexão sobre as pessoas que procuram fragmentar o país, a partir de Lisboa. Pessoas que querem fragmentar o país real em que todos nós vivemos, para dizer que são pessoas que têm, com absoluta certeza, qualquer problema que não está devidamente enquadrado, como a questão do Hospital, que não é fechado pela vontade dos Anadienses, mas de um Ministro que está em Lisboa e que até disse, há dias, na televisão, que não deixava de dormir por causa das manifestações em Anadia e em Alijó, tendo também referido que quando um homem diz uma coisa destas, aquilo que lhe podemos desejar é que um dia destes, a passar por aí, não precise das urgências. No entanto, acrescentou que quando se pretende que as situações sejam analisadas no terreno, e no nosso concelho, desproporcionadas de Lisboa, se está a querer mascarar, uma vez mais, aquilo que é a verdade e se o orçamento do Estado não é em condições para o país, como é que ele pode ser em condições para o concelho de Anadia, perguntou, a terminar. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para exercer o direito de resposta. O Senhor Deputado começou



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por sugerir que o PSD recorresse à gravação de anteriores sessões da Assembleia para se certificar da posição tomada pelo PS, e que trouxesse transcrito o que tinha sido dito pelo PS, adiantando, no entanto, recordar-se de que a primeira vez que o assunto tinha sido discutido, tinha sido numa altura em que não havia, ou em que apenas se falava num estudo do Ministério da Saúde, que previa mudanças ao nível das urgências, não havia decisão alguma, nem nessa altura o GM do PS, de certeza, disse que não valeria a pena preocuparem-se, ou outra coisa do género, porque naturalmente não poderia prever o futuro. -----

----- Entretanto, afirmou que o GM do PS votava sempre contra as moções que eram hostis ao Governo, assim como votaria na sessão em curso, caso se impusesse, apesar do desgosto relativamente ao encerramento das urgências, porque considera não ser a forma mais correcta de resolver e defender os interesses da população do concelho, no que respeita à saúde. Referiu, então, ser por esse motivo que os Deputados do PS estavam sempre a apelar ao Presidente da Câmara para manter o diálogo, porque não é fazendo aprovar moções hostis ao Governo que é conseguida uma boa relação para defender o futuro do Hospital, não é, com certeza, mantendo uma relação conflituosa com o Governo. -----

----- Para exercer, da mesma forma, o direito de resposta, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que começou por informar o Presidente da Assembleia, uma vez tornado necessário, que iria apresentar à Mesa um pedido de transcrição das actas porque disse que ainda se recordava muito bem das palavras que tinham sido proferidas pelo GM socialista, quando ele próprio levantou o problema. Reforçou, entretanto, o que tinha dito anteriormente de que era difícil aceitar que os representantes de Lisboa tomem decisões com as quais se esteja de acordo, mas declarou ser ainda mais difícil ter de aceitar a hipocrisia que é dizer que se é contra o encerramento das urgências, mas que nunca se votará contra o Governo, tendo inclusive referido que a posição do GM do PS é que "o Governo pode fazer tudo o que quiser que está bem feito. Nós somos contra isso, mas votamos a favor". -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para informar que tinha registado o pedido de interrupção dos trabalhos por cinco minutos, mas como o Senhor Deputado já tinha anunciado o sentido de voto da sua bancada, considerava completamente dispensável a interrupção proposta porque, de facto, o que acontece na questão das moções é dar a oportunidade aos GM de as poderem estudar durante algum tempo para definir o sentido de voto. De imediato, obteve, da parte do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), a informação de que tinha prescindido desse pedido, e também informação da parte do Senhor Presidente da Câmara que não pretendia, no imediato, responder às intervenções que tinham sido suscitadas até àquela altura, na medida em que sobre o Hospital já tinha dito tudo e sobre o orçamento iria ter a oportunidade de falar na discussão do ponto da ordem do dia de que fazia parte. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente à votação da moção, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, duas abstenções e cinco votos contra, após o que deu por encerrado o PAOD. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia, dando entrada no seu ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)", passando, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu tratar-se do habitual ponto, de acordo com o que está legislado superiormente, que apresenta a actividade da Câmara, no período em questão, e que, apesar de bastante extenso, é simples de analisar, pelo que se disponibilizaria para responder às questões que viessem a ser levantadas. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) para intervir que, relativamente à questão apresentada na página três, sobre águas e saneamento e no que se refere, especificamente, à conduta elevatória de Mogofores, perguntou em que estado se encontravam os trabalhos e para quando estaria prevista a sua conclusão. Perguntou, também, o que estaria previsto fazer relativamente à actual ETAR, nomeadamente se seria efectivamente anulada, uma vez que a promessa da sua anulação tem vindo sistematicamente a ser protelada, pretendendo igualmente saber qual o destino a dar ao espaço, se os tanques iriam ser alagados, se o espaço iria ser reflorestado, enfim, o que iria acontecer depois. -----

----- Colocadas as questões pelo Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às mesmas. O Senhor Presidente da Câmara começou por explicar que a elevatória de Mogofores estava a bombear no sentido da actual ETAR, pelo que estava a ser feito o processo de negociação para lhe inverter o sentido e para a encaminhar para o novo emissário que estava a ser construído e que iria ligar à grande ETAR de Avelãs de Caminho que, por sua vez, lança os efluentes. Informou, também, que já tinham sido adquiridas e estavam nas oficinas da Câmara Municipal as elevatórias do Outeiro e de Ancas, pelo que se trataria, apenas, de uma questão de ter tempo até ser feita a respectiva implantação e acrescentou que a intervenção, apesar de pequena monta, leva o seu tempo, mas vai conseguir finalmente acabar com os tantos problemas que tem dado o seu funcionamento. -----

----- Prossequindo, informou o Senhor Deputado que não lhe poderia dar a resposta que gostaria de dar sobre o destino que será dado ao espaço da ETAR, na medida em que, depois de anulada, tem de haver lugar à realização de análises porque aquele espaço serviu, durante vários anos, de depósito a materiais, e acolheu muitos efluentes, alguns deles, até, relativamente perigosos, que só técnicos adequados, depois de elaborados os necessários relatórios, poderão informar no sentido de selar a instalação. Nesse âmbito, explicou não lhe ser fácil responder sobre qual o destino que será dado àquele espaço, aproveitando para garantir que só no verão haverá condições para o resolver. Concluiu, informando que não poderia dar muitas garantias, mas que constava do projecto da Câmara Municipal a eliminação dessa ETAR



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e até a sua recuperação em termos paisagísticos, portanto, os técnicos dirão o que será possível fazer. -----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), tendo o Senhor Deputado perguntado, apenas, se o funcionamento dos emissários de Ancas e do Outeiro seria feito em simultâneo com a entrada em actividade da elevatória de Mogofores. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que a do Outeiro era obrigatório porque era toda a sequência de Mogofores, Pedralva, Óis, Outeiro e Paredes do Bairro. Quanto à de Ancas, esclareceu que seria em simultâneo porque tinha sido adquirida e, quem instala uma, instala outra, ainda que o sistema não seja o mesmo. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado João Moraes (CDU) para solicitar uma explicação ao Senhor Presidente da Câmara em relação à Zona Industrial do Paraimo, especificamente sobre quando mandaria executar o saneamento e a iluminação da via que liga a rotunda da Fogueira à Zona Industrial. Perguntou, também, porque motivo prometeu asfaltar várias estradas na freguesia de Sangalhos, quando apenas tinham sido alcatroados cerca de duzentos e cinquenta metros, da Rua do Paço até à descida para São João da Azenha. -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, que começou por dizer que ficava bem ao Senhor Deputado pedir para a sua freguesia, mas entendia não haver muito a reivindicar em termos de alcatroamento, porquanto o que estava a faltar na sua freguesia seria o mesmo que em todas as outras. No entanto, reconheceu haver uma recuperação que lhe assegurava que ia ser feita no princípio do ano, em muitas partes do concelho, nomeadamente a recuperação dos pavimentos e as respectivas pinturas, na Fogueira, Ancas, Sangalhos, nas estradas que tenham condições para levar esse tipo de preenchimento, sendo que, de imediato, iriam começar por Ancas que era aquela que se lhe afigurava mais perigosa (a ligação Ancas à Fogueira), por o piso já estar relativamente escorregadio. -----

----- Quanto à iluminação da estrada que liga à Zona Industrial, informou não haver projecto eléctrico para aquela rotunda, mas adiantou que iria ser encomendado um, para iluminar, pelo menos, parte da rotunda, por se tratar de um ponto de circulação que é necessário estar iluminado. No que se refere a locais que estejam longe do abastecimento eléctrico a opção será por uma nova forma de energia renovável. O mesmo acontecerá em zonas ermas, em zonas que não estão dentro dos perímetros urbanos. Relativamente à rua "para cima", esclareceu que a mesma se inseria na zona industrial que a Câmara Municipal iria recomendar, encontrando-se na fase de diligências no sentido de adquirir os terrenos em falta. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no ponto dois da ordem do dia: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano 2008, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA". De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto e, entretanto, pediu à Primeira Secretária da Assembleia para assumir a presidência. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por constatar que um documento da natureza do que estava em discussão poderia ter as mais diversas interpretações, no entanto, frisou que se tratava do documento que a Câmara Municipal realizou e que lhe dá possibilidade de avançar com o projecto de desenvolvimento que tem para o concelho. Admitiu, entretanto, que poderia haver outras formas de elaborar um documento daquele tipo porque aquilo que recebe para o fazer é aquilo que todas as Câmaras Municipais recebem, pelo que, em função disso, cada Executivo avança com as suas opções e prioridades que entendesse serem mais importantes e que, de forma equilibrada, lhe permitam o desenvolvimento do concelho. Referiu, também, que o ano de dois mil e oito, que se afigurava ainda pior que o anterior, tinha sido elaborado um documento de excelência, bem realista, portanto, um documento que a Câmara Municipal não teria qualquer problema em defender as razões que estiveram na base da sua elaboração. Referiu que discutir este documento em termos numéricos é relativamente arriscado, sendo mais natural uma discussão política, do que propriamente se falar do problema da despesa ou da receita, mas que se a discussão for nesse campo também terá as respostas adequadas. Na perspectiva puramente política, concordou plenamente com o facto de não ser o documento do Partido Socialista, mas era o documento da Câmara Municipal e, portanto, com todas as dificuldades, em termos financeiros, que o documento evidencia, se não existe desenvolvimento em determinadas áreas ou rubricas, é porque não há dinheiro. Concluiu, mencionando que deixava o documento à consideração dos Senhores Deputado, ficando disponível para dar os esclarecimentos necessários. -----

----- Decorrida a explicação do Senhor Presidente da Câmara, a Primeira Secretária da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que referiu que o GM do PS, ao contrário do Senhor Presidente da Câmara, que se disse contente com o orçamento para o Município de Anadia, não estava contente por considerar tratar-se de um orçamento que não é satisfatório, que é dominado por uma grande rubrica que é a do Velódromo de Sangalhos. Reconheceu tratar-se de um importante investimento, que o GM do PS tinha apoiado, e desde sempre o disseram, mas referiu, também, que esse grande investimento, do Velódromo, era na sua maior parte financiado pelo Estado, o que não seria razão para a Câmara Municipal de Anadia descurar, como faz em áreas importantes ano após ano, marginalizando outras áreas importantes que constam do documento, tendo apresentado como exemplos: a acção social; a assistência e saúde, que leva uma quebra e é já quase inexistente; obras e urbanização, com uma quebra de 13/14%, já o ano passado assim tinha acontecido; águas e saneamento, tem uma quebra de 16%, já o ano passado aconteceu uma quebra importante, ainda maior; defesa



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do meio ambiente, torna a cair; o desenvolvimento económico, também com uma quebra de 10%. Portanto, disse estarem patentes algumas carências graves, que os elementos do PS têm apontado sistematicamente à Câmara, já nos anos anteriores, carências graves do concelho que continuam ignoradas, que continuam esquecidas. -----

----- Continuando, voltou a frisar que o investimento do velódromo não poderia ser desculpa, até porque era, na sua maior parte, financiado por transferências directas do Estado e apresentou, resumidamente, outras áreas motivo de crítica do PS, como sendo, o saneamento, que consideram ser uma chaga que continua à espera de ver a sua conclusão e, sobretudo, à espera de ver o seu funcionamento; a rede viária, para a qual os Vereadores do PS também apontaram críticas; os resíduos sólidos que a câmara não tem forma de resolver o problema, nomeadamente da recolha de lixo, até nas zonas industriais, uma crítica que o PS tem sistematicamente feito à Câmara; nas zonas industriais, houve um pequeno aumento, este ano, da dotação no plano de investimentos, mas consideram ser muito insuficiente para que o concelho de Anadia cubra o atraso que é cada vez maior e que tem em relação aos concelhos vizinhos. Em jeito de comentário, referiu que há vinte/trinta anos atrás, na região da Bairrada, talvez só Águeda estivesse à frente de Anadia, em termos de implantação industrial. Hoje em dia, os concelhos de Oliveira do Bairro, Cantanhede, e até Mealhada, nesse ponto do desenvolvimento económico, já vão muito, muito à frente, não há comparação possível. Anadia deixou-se ficar na cauda dos concelhos da Bairrada. -----

----- Referiu, também, haver um outro investimento, na educação, que é o do Centro Escolar de Anadia, que a Câmara Municipal, depois da aprovação da Carta Educativa, pensa iniciar em dois mil e oito. Referiu que neste aspecto estavam de acordo. A carta educativa que criticaram declaradamente porque mal feita técnica e politicamente, na realidade, tem apenas três pólos dos nove que propõe, apenas três pólos têm uma sustentabilidade assegurada, Anadia, Sangalhos e o de duas Avelãs de Caminho/Avelãs de Cima. Desses nove pólos, há quatro pólos que estão “debaixo de água”, em termos de sustentabilidade, e há dois que estão com uma margem muito pequena que futuramente tende a decrescer. Portanto, dos três pólos que restam, que realmente têm uma boa sustentabilidade, é natural que a Câmara escolha um deles para iniciar a execução da sua Carta educativa. Neste sentido, apelou ao Senhor Presidente da Câmara, secundando a promessa que ele lhe tinha feito, de que ao fim de um ano faria uma revisão da carta educativa, para que a faça em condições de ela, realmente, ser sustentável em todos os seus pólos e não da maneira como está no momento. -----

----- Para finalizar, referiu que o orçamento em discussão não merecia o acordo do GM do PS, por ser praticamente o mesmo, até pior, do que em anos anteriores, para além de não ter grande credibilidade, o que, daqui a alguns meses, quando forem analisar as contas, e quando forem ver as taxas de execução dos orçamentos anteriores, verificarão que se fica por uma apagada e vil tristeza de 40% de execução, o que quer dizer que, até mesmo o que está orçamentado, depois, na prática, se verifica que não chega a metade. Por todas as razões apresentadas, declarou que o GM do PS votaria contra. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) e para responder à mesma, a Primeira Secretária da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por dizer que é deste tipo de intervenções que gostava, pois era de facto uma intervenção política, que é aquela que tem razão de ser. Continuou, falando do saneamento, informando que no final do ano poderia dizer, claramente, que a Câmara deu soluções finais a todas as redes que tem implementado, ficando, apenas, a faltar a freguesia de Avelãs de Cima e uma pequena parte em Amoreira da Gândara, para as quais será dada resposta o mais breve possível, portanto, o destino final dos efluentes do concelho, do saneamento, tem 60% de cobertura, pelo que o Senhor Deputado não tem razão quanto a essa matéria. -----

----- Sobre a rede viária referiu não estar a ver todas as dificuldades que o Senhor Deputado apontou. Quanto aos resíduos sólidos, informou o Senhor Deputado de que o problema residia em quem leva uma fortuna à Câmara Municipal para fazer a deposição dos resíduos sólidos, a Câmara paga à ERSUC o dobro do que gasta na recolha e eles têm um serviço miserável. Falando na questão social, perguntou ao Senhor Deputado se queria que o Presidente da Câmara fosse substituir o seu Governo, que retirou às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) as Actividades de Tempos Livres (ATL), facto que as está a sufocar. Relativamente às Zonas Industriais, disse ao Senhor Deputado que se tivesse liberdade de instalar empresas no concelho, e referia-se à liberdade em termos de Plano Director Municipal (PDM), também teria o assunto muito mais avançado, mas a morosidade do processo não tem contribuído para o desenvolvimento do concelho nessa área. Responsabilidade que atribuiu ao Governo pois teve uma reunião em Fevereiro deste ano e tem marcada outra para 22 de Janeiro próximo, ou seja, um ano depois, o que designou ser o "*simplex*" a funcionar em pleno. Sobre o que o Senhor Deputado falou de Oliveira do Bairro, constatou que os números não correspondiam ao que tinha dito, até porque a Câmara recebe mais do Fundo Social Municipal porque merece, pelo facto de ter havido mais desenvolvimento ou, pelo menos, interesse da parte da Câmara Municipal em corrigir tudo que é lançamento de impostos no seu município. Acrescentou, ainda, que a Câmara recebe aquilo a que tem direito, não é beneficiada, recebe de acordo com o preceituado na LFL. -----

----- Passando a falar da área da saúde, declarou ter um enorme receio em avançar com propostas de apoio a saúde, na medida em que a Câmara Municipal presta a sua ajuda, ao comprar terrenos, para o Centro de Saúde, para os SAP que se encontram distribuídos pelo concelho e, depois, o Governo fecha tudo, levantando a possibilidade de apoiar directamente os cidadãos, dando como exemplo a atribuição de um pequeno subsídio como forma de contrapor o acréscimo nas taxas moderadas, falando também nas dificuldades que as pessoas, sobretudo os idosos, têm para comprar medicamentos. No que concerne à área da educação, confirmou o apoio financeiro do Governo para a implementação do enriquecimento curricular, que disse que o Governo não foi capaz de fazer, mas que não fazia mais do que a sua obrigação, porque fecha escolas, fecha tudo, mas a Câmara Municipal tem nos seus quadros cinquenta e um



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

professores, pagos pelo Município, com dinheiro transferido do Governo, é verdade, mas perante o qual assumiu a capacidade, que o Governo não foi capaz de assumir, referindo que o Governo dita mas não faz, enquanto ele dita e cumpre. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção reportando-se a credibilidade da execução, afirmando que quando o Senhor Deputado lhe falou numa execução de 40/50%, certamente nada tinha a ver com o que ele estava a provar e que não deveria ter feito bem as contas, porque com uma obra como o Velódromo a fazer parte do documento, nunca se pode dizer que se trata de um orçamento empolado, bem pelo contrário, uma obra dessas altera logo um orçamento. Referiu que ao contrário do que é afirmado o orçamento não tem algumas obras contempladas para que depois não se diga que a Câmara não a fez. Falou ainda do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que “está em funções” desde 2007, mas estamos a entrar em 2008 e ainda não há ordens para fazer candidaturas. Se tal já estivesse a funcionar de facto o orçamento teria mais “meia dúzia” de obras o que faria crescer o orçamento. Disse, também, tratar-se do orçamento mais verdadeiro dos que tinha apresentado até então, um orçamento de trabalho, que demonstra, claramente, que a Câmara não pretende, com ele, fazer política mas, sim, trabalhar. No entanto, admitiu não ser o orçamento que desejaria. Aproveitou a ocasião para transmitir o apreço às pessoas, que do Governo, têm tratado com ele as várias questões pois aqui ao momento têm cumprido. Falou novamente do velódromo, uma obra por que se lutou, tendo convencido os governantes que era em Sangalhos que o mesmo deveria ser construído. Disse que corre riscos ao avançar com a obra, que orça cerca de 10 milhões de euros, mas se gerisse mal os dinheiros municipais a Câmara já estava falida, ou que ele próprio já estava “preso por má gestão”. -----

----- Por tudo o que tinha sido dito, declarou que não se surpreendia com o voto contra do GM do PS, voto contra contas eficazes, tão sofisticadas e tão apertadas em termos de utilização que se torna necessário que as pessoas tenham efectivamente força de vontade para fazer cumprir o que está definido no documento. Mas afirmou, também, que a oposição poderia votar contra mas não acusar e fazer comparações com outros concelhos, dizendo que o de Anadia estava abaixo de outros, situação que disse não aceitar. Declarou-se, também, bastante triste quando o Senhor Deputado afirmou que o Estado dava dinheiro à Autarquia, porque, como disse, não dava dinheiro algum. Do PIDDAC o Senhor Deputado não via qualquer referência no documento, veria, sim, das transferências, no estreito cumprimento da LFL, um direito que assiste à Autarquia e para o qual a Autarquia tem trabalhado muito para conseguir mais, porque sabe que tem direito a mais e luta por isso. -----

----- Sobre a carta educativa, recomendou tranquilidade ao Senhor Deputado porque, como disse, e pretende cumprir, não é um homem para se agarrar eternamente a um documento, e procederá à sua alteração, quando se revelar necessária, e porque a Câmara Municipal tem como principal objectivo o bem das populações, pelo que garantirá que ninguém fique privado de escola, desde que existam alunos e, pelo menos, enquanto o Governo assim o entender. A



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

terminar, constatou o GM do PS só tem uma forma de discutir o orçamento que é a dizer mal, quando deveriam, na sua opinião, dizer bem. -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, a Primeira Secretária da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) que começou por dizer que o orçamento tem uma estrutura equilibrada em termos de receitas e despesas. Recordando a introdução do documento feita pelo Senhor Presidente da Câmara, constatou que falava em contenção e rigor nas despesas a realizar, o que, em sua opinião, deve ser registado, por se tratar de um aspecto realmente importante, saber gastar com parcimónia. Quanto aos centros escolares, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que já tinha apresentado candidatura para dois deles, qual seria a sua localização. -----

----- Relativamente ao plano plurianual de investimentos, que considera ser um documento importante de gestão e onde o Senhor Presidente poderia calendarizar as actividades que vai desenvolver ao longo do tempo, nomeadamente ao longo de cinco anos, constatou ter verificado, para o ano dois mil e nove, apenas uma pequena parte do velódromo, reconhecendo existir, para a obra, um contrato com uma empresa e um prazo de execução, compreendendo, portanto, que fique uma parcela pequena para o ano seguinte. Mas acrescentou não ver em qualquer outra rubrica, nenhuma calendarização para o ano dois mil e nove, sabendo todos que, no passado, a capacidade de execução da Câmara Municipal tem ficado sempre aquém daquilo que estava orçamentado. -----

----- Passando a outra questão, falou do empréstimo, a parte dos dois milhões e quinhentos mil euros, que não está utilizada, e que o documento do endividamento diz que se consideram totalmente utilizado este montante, aproveitando para perguntar se estava mesmo utilizado ou se o iria ser na realidade. Falou, ainda, que o empréstimo tinha juros já calculados durante o ano inteiro, que pensava que não estava em dívida durante o ano inteiro, portanto, que não seriam devidos juros relativamente ao ano inteiro, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara o esclarecesse quanto a essa matéria. -----

----- Sobre as receitas de capital, o Senhor Deputado constatou ser considerável a verba que está destinada a terrenos, um milhão e quinhentos mil euros, pelo que gostaria de saber se seriam terrenos de Zonas Industriais, ou não, e se estariam em condições de ser transaccionados no próximo ano, uma vez que envolviam uma verba bastante significativa e, portanto, a não serem transaccionados, daria origem a "um buraco no orçamento". Quanto ao milhão e quinhentos mil euros de receitas, que disse pensar referir-se aos apartamentos da Praça Visconde de Seabra, perguntou se realmente estariam em condições de serem transaccionados. -----

----- Para responder à anterior intervenção, a Primeira Secretária da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por falar da questão dos centros educativos, tendo confirmado que a candidatura para os centros educativos de Avelãs de Caminho/Avelãs de Cima e de Arcos tinha seguido, naquele mesmo dia, assegurando o Senhor Deputado e o Plenário, de que a Câmara Municipal só iria avançar com os centros que tiverem a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tal sustentabilidade exigida pelo Ministério da Educação para homologação. Referiu que tinha a certeza que estes pólos seriam homologados, além de que é uma necessidade urgente. Sobre a questão da calendarização de certas obras, referiu ser evidente que a mesma só seria possível quando com obras adjudicadas, já existe todo um calendário, fornecido ao dono da obra e, naturalmente, ao empreiteiro, que estipula as fases da obra e o valor que é gasto em cada fase. O restante, explicou que não podia ser calendarizado, que era referente a obras realizadas por administração directa, porque a Câmara ainda não tinha a garantia, da parte do Estado, da contratualização dos fundos comunitários, feita, actualmente, nas Associações de Municípios. Declarou-se, entretanto, preparado para lançar obras a concurso, desde que tenha essa possibilidade, e, uma vez adjudicadas, a Câmara poderia contratualizar, poderia calendarizar, e explicou ser essa a razão porque encontravam o Velódromo de Sangalhos, cuja obra estará concluída em dois mil e nove, se tudo correr bem, porque existem muitos imponderáveis e, numa obra daquela envergadura, pode haver complicações, o que já tem havido, mas felizmente têm sido ultrapassadas. -----

----- Relativamente ao empréstimo, o Senhor Presidente da Câmara constatou ser uma imposição da Lei que, quando se trate de um empréstimo aprovado, esse empréstimo tem de ser considerado utilizado e contabilizados os seus juros. Falando das receitas de capital, do valor de um milhão e quinhentos mil euros que o Senhor Deputado destacou, confirmou tratar-se dos terrenos das Zonas Industriais e de outros terrenos que a Câmara tem para vender, que não representa quase dinheiro nenhum. Disse também que estava prestes a iniciar a venda da Zona Industrial de Vilarinho do Bairro, que está pronta para esse efeito, só faltando aprovar na Câmara Municipal o Plano de Loteamento, sendo que no dia dois vão começar as obras de urbanização, e perante as boas perspectivas de venda, já se está a comprar mais terreno. -----

----- Resumindo, o Senhor Presidente da Câmara informou que dois mil e oito iria ser um ano em que, provavelmente, os números iriam ser alterados, mas que, ainda assim, o orçamento deveria ser algo dinâmico, porque muitas vezes a Autarquia faz de acordo com o que pode fazer e não com o que quer fazer. Informou, ainda, que o montante referido de um milhão e meio de euros, correspondia às habitações que estavam em condições de ser vendidas, tendo referido que se teve algum azar, pois foi estabelecido um determinado preço e depois a hasta pública ficou deserta, sendo intenção fazer outra hasta pública, ou então poderá até a Câmara Municipal decidir não vender. -----

----- Para concluir, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, para quem quiser entender o orçamento apresentado sem qualquer paixão política, que o deveria ver como um orçamento de alguma contenção, de algum rigor, ainda que pudesse parecer que não, mas, na realidade, bastaria ver os números que apontam para uma restrição em termos financeiros, de verbas que não dão muitas largas à vontade para realizar obras até ao seu término, sem recorrer à tal dança das alterações orçamentais. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Decorridas as explicações do Senhor Presidente da Câmara, a Primeira Secretária da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que sobre o ponto em discussão, referiu que o GM do PSD gostaria de considerar, também, uma matéria estrita no interior do espaço político, porque não subsistia dúvida que as grandes opções do plano tinham um cariz e uma directriz e que eram feitas dentro de uma determinada óptica de pensamento, sendo certo que a governação é sempre uma arte e não um exercício, puro e simples, de numerologia ou de contabilidade. Continuando, constatou que, ao olharem para as grandes opções do plano, verificam que existe uma directriz clara, da qual faz parte integrante, em primeiro, o desporto, num total de cinco grandes áreas em que estão bem definidas as prioridades e que, de algum modo, vão de encontro às expectativas do Governo, quando disse que acabou a era do betão, do alcatrão, agora são as pessoas. E, naturalmente, que os Deputados Municipais do PSD também são sensatos, também entendem ser essa a dinâmica, em que o desporto passou a ser a primeira grande referencia, para a qual foram construídas muitas infra-estruturas que depois deverão ser colocadas ao serviço das comunidades. -----

----- O Senhor Deputado prosseguiu, afirmando que o saneamento aparece em segundo lugar, a cultura sobe para terceiro lugar, dentro das opções do plano, em quarto está a rede viária, e em quinto está a educação. Concluiu, então, ficarem bastante satisfeitos com o facto da educação, da cultura e do desporto e de todas as conexões ligadas com esses pontos, exercerem e estarem a ser exercidas como objectivos prioritários, porque estão ao cuidado das pessoas. Lamentou, no entanto, o facto da área da saúde não ser igualmente contemplada, por causa de todos aqueles problemas que são do conhecimento geral. -----

----- A terminar, constatou tratar-se de uma visão da Câmara Municipal, do Senhor Presidente e da sua equipa, baseada nesses cinco grandes pontos, que poderia ser outra se os protagonistas fossem também outros, uma visão clara que não pode ser escamoteada e que continuará a colocar no centro da história, sempre, as pessoas. -----

----- De seguida, a Primeira Secretária da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) para intervir, que começou por dizer que iria colocar apenas uma questão que lhe tinha sido sugerida pela leitura das primeiras páginas de apresentação do orçamento e que se prendia com a referência feita nessa mesma apresentação à colaboração e cooperação com a WRC. E quanto a essa matéria, destacou a importância na existência dessa cooperação, porque pensa que a WRC, da forma como a imagina, ainda que esperando não estar a sobrevalorizar as suas capacidades, pode influenciar, de maneira muito interessante, a economia do concelho, enfim, o próprio apoio na gestão do município e na sua organização, dos interesses do município, portanto, considera muitíssimo acertado que se recorra a esse organismo para apoiar a Câmara no desenvolvimento do concelho. No entanto, e considerando essas afirmações e, uma vez que efectivamente se prevê o apoio, disse presumir a existência de um projecto gizado, em que constem exactamente as áreas e a forma como esse apoio vai ser dado, porque se for apenas um apoio casuístico, a pedido pontual da Câmara, retira, na sua opinião, a grande possibilidade e a grande capacidade que a WRC deve ter no apoio à Câmara



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal. Na opinião do Senhor Deputado, a WRC deve ser um parceiro privilegiado, um parceiro de intervenção, de intervenção previamente organizada, e não apenas um fornecedor de serviços, porque era o que passaria a ser se a sua intervenção fosse, efectivamente, pontual e a solicitação da Câmara Municipal. Exposta esta questão, de importância extraordinária para o Senhor Deputado, ele perguntou qual a forma como a WRC, concretamente, pode apoiar o Município. -----

----- De imediato, a Primeira Secretária da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que começou por dar os parabéns pela engenharia financeira que foi aplicada na elaboração do orçamento, que disse estar muito bem feito, o que também não era difícil fazer, porque, está exactamente como o do ano passado, foi só trocar uns “numerositos”, foi só ter como base o do ano passado e mudar os números. Passando a falar do saneamento na Curia, lembrou que o Senhor Presidente da Câmara tinha prometido, em Assembleia, que até ao final do ano, o saneamento, que se encontra a céu aberto, seria concluído ou fechado, nomeadamente na Rua do Rio, rua onde vivem pessoas, nomeadamente uma pessoa deficiente, que não tem electricidade pública. -----

----- Sobre o Turismo, uma matéria bastante importante para o Senhor Deputado, com uma verba no orçamento na ordem dos trinta e cinco mil euros, perguntou se a Câmara Municipal iria continuar a pagar aos funcionários que trabalham na Junta de Turismo quando esta passar para a Região de Turismo do Centro, tal como foi aprovado em Conselho de Ministros. Antes de terminar, e uma vez que o Senhor Presidente da Câmara se tinha oferecido publicamente na televisão para ensinar as pessoas do Governo a trabalhar, aproveitou para convidar o Senhor Presidente da Câmara a começar pelo Parque de Campismo da Curia, que tem uma verba de setenta e cinco mil euros no orçamento, que disse não saber para quê, provavelmente para cortar as silvas, comentou, porque na semana em curso tinha tentado lá entrar e não tinha conseguido. -----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às várias intervenções, a Primeira Secretária da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que começou por saudar o Senhor Presidente da Câmara pelo documento conseguido, mesmo perante o estrangulamento que foi criado às Câmaras pelo Governo com a nova LFL, que veio criar algumas dificuldades. Constatou, ainda, que pela análise do documento, verificou que a Câmara tem um fundo de maneio para pagamento imediato, que é positivo, e que a sua liquidez com os fornecedores também anda na ordem dos sessenta a noventa dias, o que não se verifica com a grande maioria das Câmaras dos concelhos limítrofes e que traduz alguma autonomia financeira, mas que o leva a interrogar o Senhor Presidente da Câmara, à semelhança do que tinha feito no ano anterior, sobre o tal empréstimo de dois milhões e quinhentos mil euros que estava parado e que o Senhor Presidente lhe tinha dito que estava guardado na instituição financeira, sobre se não estaria a adquirir despesa para a Câmara, através do pagamento de juros. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Num exercício de comparação entre os planos de dois mil e seis, dois mil e sete e aquele em discussão, o do ano dois mil e oito, constatou haver um acréscimo de despesa e, ao mesmo tempo, um desinvestimento na ordem dos 4 a 8%, que disse aceitar, em parte, devido à dificuldade do Governo em enviar algum dinheiro para o concelho. Continuou recordando que a Câmara há alguns anos investiu no Hospital de Anadia, um valor na ordem dos 200 mil euros, e houve alguém da oposição que interrogou se esse investimento era para privatizar o hospital. Passados estes anos, e tendo em conta o que se está a passar concluiu que esse investimento que a Câmara fez foi errado, pois se tivesse sido canalizado para as escolas ou para o saneamento teria outra produtividade. Perguntou, então, uma vez que a despesa da Câmara Municipal aumentou, designadamente na verba com despesa com pessoal, se isso seria para precaver o não despedimento de funcionários, mantendo o quadro efectivo e não lançando funcionários para o desemprego, opção que considerou justa. -----

----- Sobre o Velódromo Nacional, reconheceu ser também verdade que o Senhor Presidente da Câmara disponibilizou verbas para a aquisição de todos os terrenos, e continua, para criar as infra-estruturas altamente necessárias para o desenvolvimento desse grande projecto que é o Velódromo. Para terminar, apresentou a sua posição de defesa das opções da Câmara Municipal e declarou que a sua votação relativamente ao plano de investimento e orçamento apresentados iria ser favorável. -----

----- Decorridas, então, todas as intervenções do Senhores Deputados, a Primeira Secretária da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. Em resposta ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), referiu que se o Governo tem opção pelas pessoas, o orçamento do Município de Anadia também visava, um pouco, o interesse das pessoas, mas ainda não conseguia ser tão explícito quanto isso, porque, infelizmente, ainda tinham muitas infra-estruturas que não funcionam, que funcionarão durante o período deste orçamento. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), disse-lhe ter muitas expectativas a respeito da WRC, agora com novas responsabilidades e com algum desafio financeiro, depois da dotação financeira que obteve, aprovada em Assembleia Municipal, e estar consciente de que essas responsabilidades vão evitar o que poderia ser pura e simplesmente o encerramento da WRC, porque a WRC, de acordo com a política do Governo e até com os próprios fundadores estruturais, está muito melhor preparada e vocacionada para se candidatar a projectos da sociedade do conhecimento, entre outros, de áreas que também constituem uma aposta do Governo. -----

----- Dando resposta às questões apresentadas pelo Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), explicou que o saneamento na Rua do Rio era um caso pontual que a Câmara Municipal, ao longo do seu aperfeiçoamento, na tentativa de fazer chegar o saneamento a todos os munícipes, vai tentando resolver. Sobre o destino das Juntas de Turismo, referiu que a Lei apontava, ainda que não estivesse definido e implementado, para que a Junta de Turismo da Curia, à semelhança de outras, passe a pertencer à Região de Turismo do Centro. Enquanto tal não acontece, referiu que tinha de dotar a Junta de Turismo da Curia de verbas que, pelo



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

menos, sirvam para pagar aos funcionários e, naturalmente, para algumas acções de promoção turística. Sobre o Parque de Campismo da Curia, nomeadamente o facto de ainda estar dotado no orçamento de uma importância meramente residual, explicou ser por ainda acreditar poder ser para lançar uma candidatura para o fazer, reconhecendo, no entanto, que tal só seria possível com fundos comunitários, uma vez que obedece, actualmente, a regras muito específicas que têm de ser cumpridas por se tratar de um equipamento público, de serviço público, pelo que, só poderá ser feito com um projecto adequado e financiado pela Comunidade Europeia. Referiu que a verba inscrita serve sobretudo para não deixar morrer a esperança neste orçamento. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado João Morais (CDU), começou por lhe dar razão quando falou do estrangulamento financeiro que o Governo estava a impor às Autarquias, retirando-lhes muitas coisas, e, comentou que quando dissera que a Câmara de Anadia recebia mais, esqueceram-se que a Câmara de Anadia nunca pagou tanto de "receitas de devoluções ao Estado" como no presente. Confirmou, também, ao Senhor Deputado ter um fundo de maneiio para imediato pagamento, que disse ser do conhecimento da Assembleia Municipal, acabando por explicar que aquele dinheiro tinha sido pedido para a Câmara ter a seu favor e por fazer bem os negócios. Acrescentou, ainda, que o desinvestimento era natural porque não tinha os fundos comunitários agendados no orçamento, tinha menos investimento porque as verbas da comunidade europeia, normalmente, são receita de capital e não tinha os projectos candidatados nem aprovados, logo, teria de haver desinvestimento. Sobre a questão do aumento das despesas com pessoal, explicou que tinham mesmo de aumentar, porque a Câmara vai ter de abrir a Biblioteca, o Cine-Teatro, o Mercado, para além do serviço das escolas que, naturalmente, implica muita gente. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que entretanto retomou a presidência da sessão, concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), para uma nova intervenção e apenas para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que da resposta do Senhor Presidente à sua intervenção, lhe tinha parecido que, como ele, não teria mais do que expectativas relativamente à WRC, pelo que perguntou, se lhe pedisse para fornecer uma lista das actividades que tinha proposto à WRC para o apoiarem na gestão do município e naquilo em que a WRC o pode ajudar, se o Senhor Presidente teria essa lista para lhe fornecer. -----

----- Também para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao facto do mesmo ter dito que a sua intervenção era despropositada, afirmou não ser advogado do PS, tendo aproveitado para o lembrar de que, tal como a Câmara de Anadia, o PS está em maioria na Assembleia da República, eleito democraticamente pelo povo português, pelo que fez o seu Orçamento do Estado e ouviu os partidos da oposição e até aceitou propostas da oposição e alterou o orçamento, ao contrário do Senhor Presidente da Câmara que tem na Assembleia Municipal a maioria e não aceitou nada, nem conversou nada com a oposição. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia, no seguimento que o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) tinha referido, informou que a Mesa, quando agenda o tipo de pontos que consta da ordem do dia, tenta sempre, na medida do possível, fazer com que as coisas estejam em plena legalidade, sendo que, no caso em apreço, o Executivo garantiu que o Estatuto da Oposição, que está consagrado na Lei, aliás, fazia parte da legislação que tinha sido distribuída aos Senhores Deputados Municipais aquando do novo regimento, tinha sido cumprido. Portanto, qualquer questão que fosse levantada relativamente ao facto, dessa disposição legal não ser cumprida, caía pela base porque o Presidente da Assembleia tinha tido o cuidado, de previamente junto do Executivo, garantir que essa matéria tinha sido salvaguardada. -----

----- Dado este esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. Na sua intervenção começou por responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), para reconhecer que na sequência das duas interpelações feitas pelo Senhor Deputado tinha havido um entendimento diferente da sua, pelo que passou a explicar que daquilo que a WRC faz em colaboração com a Câmara, tinha uma lista, até porque é parceira da Autarquia e lhe presta serviços, como aliás faz para outras Câmaras, para as universidades e até para empresas privadas. Esclareceu, também, pensar que o Senhor Deputado se estaria a referir em termos de projectos, porque nesses termos, a WRC está, à semelhança da Câmara, a elencar uma série de projectos para, na altura própria, os poder candidatar, e que se inserem na sociedade do conhecimento, nas novas oportunidades, que o QREN tem verbas bastante volumosas para apoiar. Disse, que para já não lhe poderá entregar a listagem pretendida, mas na altura própria já o poderá fazer. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), garantiu ter cumprido o Estatuto da Oposição, ao lhe ter sido entregue, mesmo antes dos restantes Deputados Municipais, a documentação, assim como também tinha sido entregue ao Senhor Deputado João Morais (CDU) por não terem representação no Executivo Municipal. Acrescentou, ainda, que a documentação lhe tinha sido entregue no estrito cumprimento do prazo estabelecido e em cumprimento da legislação em vigor, pelo que, se as queixas do Senhor Deputado faziam sentido. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que pediu, uma vez mais, ao Senhor Presidente da Câmara, no seguimento do que tinha feito há seis meses atrás, para não se esquecer de elaborar uma candidatura, através do quadro comunitário, para substituição de todos os tubos de amianto que fazem parte da rede de distribuição de água da Freguesia de Arcos, bem como, da Freguesia de Sangalhos, por ser uma necessidade e uma imposição da Organização Mundial de Saúde (OMS). Apelou, então, ao Senhor Presidente da Câmara para não perder tempo para o fazer, porque já só tinham quatro anos para aproveitar o quadro comunitário, uma vez que envolvia uma verba muito avultada e, principalmente, por se tratar de uma situação grave, que não deveria ser descurada. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para responder à intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal atribuiu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que, havendo verbas disponíveis para o efeito, a Câmara utilizá-las-á rapidamente por se tratar de um assunto de grande preocupação, que envolvia um investimento avultado e que, lamentavelmente, não afectava apenas as freguesias de Sangalhos e Arcos porque ainda havia muitas instalações antigas com esse tipo de material. Informou, entretanto, o Senhor Deputado de que estavam a ser implementadas técnicas de isolamento, com equipamentos e acrescentou que sempre que é feita uma intervenção numa estrada, é feita, também, a substituição dos tubos antigos, mas que muitos outros existirão por substituir, garantindo que a Autarquia estava atenta e sabia que era uma área de intervenção necessária. Não terminou, sem antes agradecer a lembrança do Senhor Deputado. -----

----- Concluídos os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação do ponto dois da ordem do dia, o qual foi aprovado, por maioria, com vinte e sete votos a favor, zero abstenções e cinco votos contra, após o que deu o ponto por encerrado. -----

----- Seguidamente deu entrada no ponto três da ordem do dia: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano de 2008, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA", tendo passado, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto. -----

----- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou por dizer tratar-se de um pequeno orçamento, que movimenta a máquina dos Serviços Municipalizados e que, de certa maneira, regista com agrado que teve, no passado, muita utilidade nos serviços de água, saneamento e, também, do lixo. Disse que era um orçamento de continuidade, em que os números são menos teóricos, são muito mais reais, porque não tem uma grande fatia para obras, por se tratar mais de uma questão de prestação de serviços, aquisição de materiais, máquinas, e, como é lógico, pessoal, portanto, de um orçamento de uma instituição que, tutelada pela Câmara Municipal de Anadia, permite, de certa maneira, ver aquilo que é feito na área do saneamento, da água e dos lixos. Para concluir, acrescentou, ainda, tratar-se de um documento bastante exaustivo, que descreve muito em pormenor as receitas e as despesas, que é também feito na base da regulamentação actual para este tipo de orçamentos, pelo que, considera não ter a problemática nem provocar as dúvidas do orçamento que tinha sido anteriormente analisado. -----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) que começou por reconhecer que os orçamentos dos Serviços Municipalizados costumavam passar sempre com relativa facilidade mas, considerando algumas dúvidas que foram sendo criadas, nos últimos tempos, quanto ao funcionamento dos Serviços Municipalizados, da dependência que têm da Câmara Municipal e



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da relação que têm com a Câmara Municipal, gostaria de colocar algumas questões e tentar tirar algumas dúvidas. -----

----- Passando a especificar, começou por constatar que os Serviços Municipalizados prestam serviços à Câmara Municipal, sendo que a maior parte dos trabalhos dos Serviços se destinam e são feitos ou são serviços prestados à Câmara Municipal de Anadia, após o que perguntou qual era a forma da Câmara Municipal pagar essa prestação de serviços aos Serviços Municipalizados. Em resposta à sua própria pergunta, e de acordo com o que lhe dava a entender o documento, seria através da transferência de subsídios. Perante esse facto, perguntou se essa forma estaria correcta, ainda que tendo comentado que aparentemente estaria, na medida em que o Tribunal de Contas tem aprovado as contas da Câmara. No entanto, referiu que ainda lhe subsistiam dúvidas, quanto ao facto de aparecerem verbas destinadas a saneamento quer no orçamento da Câmara quer no dos Serviços Municipalizados, quando é a Câmara que faz o saneamento por administração directa. Dúvidas que disse manter quando verifica que o orçamento dos Serviços Municipalizados apresenta, em termos de despesa, cerca de setecentos mil euros, dos quais 90% se destinam a obras de saneamento e de águas, o que corresponde a seiscentos e trinta mil euros, quando, depois, em termos de receitas, verifica uma receita proveniente de uma dotação da Câmara Municipal, para obras de saneamento, de cento e vinte mil euros e de quarenta mil euros, para obras de água, concluindo que os Serviços Municipalizados gastam seiscentos e trinta mil euros. -----

----- Perante todos esses dados, o Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) perguntou se o restante era suportado pelas outras receitas dos Serviços Municipalizados e se a Câmara estaria a viver à custa da receita dos Serviços Municipalizados porque, se os Serviços vão gastar seiscentos e trinta mil euros em água e saneamento da responsabilidade da Câmara Municipal, e a Câmara só paga cento e sessenta mil, alguma coisa estaria errada, ou então o resto são receitas dos Serviços. A terminar, disse que gostaria de ver todas as suas dúvidas esclarecidas e perguntou, ainda, se os serviços que os Serviços Municipalizados prestam à Câmara Municipal não deveriam ser facturados, porque se os Serviços Municipalizados são um fornecedor da Câmara Municipal, os serviços que presta deveriam ser objecto de facturação, ou não, deixou no ar a pergunta. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que constatou que o orçamento dos Serviços Municipalizados despende 40% do seu montante em mão-de-obra, que corresponde a oitocentos e tal mil euros e que pressupõe um número de funcionários bastante significativo, de algumas dezenas. Por outro lado, e porque, em sua opinião, os trabalhadores são tanto mais conscientes, tanto mais responsáveis, tanto mais produtivos, quanto mais formação tiverem, considerou que uma verba de mil e trezentos euros para formação de tantos trabalhadores lhe parecia exígua, quase insignificante. -----

----- Constatou, também, que a verba de quarenta e oito mil euros em horas extraordinárias, dos oitocentos e tal mil euros em mão-de-obra, não é nada, mas são só quatro mil euros por



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mês, o que é muito dinheiro, ou seja, corresponde a quatro ou cinco vencimentos de um dos operários. Por fim, indagou que tipos de encargos com instalações surgem no documento, com um valor aproximado de duzentos mil euros. Questionou se seriam rendas, se seriam de manutenção, ou então o que seria. -----

----- Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, que começou por responder ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), explicando que os Serviços Municipalizados não trabalham para a Câmara Municipal, trabalham para a comunidade. Fornecem água para as escolas e é a Câmara que tem de pagar esse serviço, assim como o dos lixos, motivo pelo qual o Tribunal de Contas não questiona as contas. Esclareceu que os serviços têm uma gestão própria, têm autonomia própria, têm administração própria e por tudo isto e outras razões tem um orçamento próprio. Referiu, então, que o Senhor Deputado estava com a ideia de que os Serviços Municipalizados trabalhavam para a Câmara Municipal, mas não, os Serviços têm uma prestação própria à comunidade, independente da Câmara, por isso, têm a sua administração, e têm documentação de suporte de tudo o que é feito, sendo que o que a Câmara paga aos Serviços Municipalizados corresponde a fornecimentos e prestação de um serviço que a Autarquia não tem. Quanto às contas afirmou que está tudo como deve ser, e os serviços prestados estão fundamentados por via de factura, ordem de pagamento ou por qualquer outro documento. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), referiu que os 40% para pessoal, para funcionários, não era muito porque os Serviços Municipalizados têm pouco pessoal e, portanto, até é pouco. Relativamente à questão da formação dos funcionários, afirmou que se havia alguém que dava formação aos seus funcionários era a Câmara Municipal de Anadia, só que os funcionários da Câmara Municipal de Anadia vão receber essa formação e, muitas vezes, essa formação até era feita em Anadia, onde fosse preciso, normalmente, nos locais onde a formação é graciosa, e a Câmara só paga a alimentação e a deslocação. Passando a falar da questão das horas extraordinárias, esclareceu tratar-se de um serviço específico, de resolução de situações imponderáveis, como uma ruptura de água, uma tampa de saneamento que partiu na Estrada Nacional número um, uma conduta que rebenta, entre outros, que podem acontecer a qualquer hora e em qualquer dia, pelo que esse serviço impõe o pagamento de horas fora da hora de expediente normal, a dobrar ou a triplicar, sempre controladas pelos encarregados responsáveis. Quanto aos encargos com as instalações, explicou tratar-se de encargos com as instalações de ETAR, de elevatórias, de furos, etc., que fazem parte de um património monumental. Relembrou que era um orçamento, ou seja, previsões, pelo que os valores poderiam oscilar alguma coisa. -----

----- No seguimento das explicações do Senhor Presidente da Câmara e para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia conferiu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) que começou por dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não tinha querido insinuar, nem de perto, nem de longe, que havia manobras nas contas, mas que o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara, por outro lado, também não o tinha esclarecido, por dificuldade em entender, por o Senhor Presidente da Câmara não ter sido suficientemente claro, ou então porque o Senhor Presidente da Câmara estaria fora do assunto, porque também não era obrigado a saber tudo e como certas coisas funcionam. Exortando o Senhor Presidente da Câmara a convidar o chefe de serviços presente, um responsável que poderá dar os esclarecimentos que pretendia. Explicou, então, não ter ficado esclarecido e continuar a afirmar que os números eram claros: seiscentos e trinta mil euros de investimento em saneamento e em água, sendo que a previsão de transferências da Câmara para os Serviços, correspondia a cento e sessenta mil euros. Isto é, verifica-se uma diferença de quatrocentos e setenta mil euros, pelo que a questão que se colocou foi se a Câmara estava a fazer obras à custa das receitas próprias dos Serviços. Pedia calma ao Senhor Presidente pedindo para o acompanhar no seu raciocínio, esclarecendo que só pretendia respostas, pelo que caso o Senhor Presidente não estivesse em condições de as dar que chamasse quem o saiba fazer, e ele até sabia que tinha uma pessoa na sessão que o saberia fazer. Disse ainda que, quando o Senhor Presidente referiu que os Serviços prestam serviços à comunidade, na verdade fazem é à Câmara Municipal. Abordando novamente as transferências de verbas da Câmara Municipal para os Serviços para o pagamento de serviços prestados pelos Serviços à Câmara questionou como isso era efectuado, e se era emitida factura ou recibo. Finalizou a sua intervenção dizendo que gostaria de saber como tudo funciona, não porque tenha dúvidas que “alguém esteja a meter o dinheiro ao bolso, ou a água ao bolso”, pois não tem nada a ver com isto. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder à intervenção do Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), disse que se o Senhor Deputado quisesse aprender como funcionam as coisas que o convida a passar uma semana nos serviços. Explicou que quando um munícipe solicita um ramal de saneamento ou uma pequena extensão de rede quem recebe por este serviço são os Serviços Municipalizados, pois têm autonomia própria. Disse parecer que o Senhor Deputado tinha ido para a sessão colocar perguntas no “vazio”. Mencionou que os Serviços Municipalizados fazem redes, fazem ramais, consertam, consertam equipamentos, nomeadamente contadores, prestam esse serviço à comunidade, e não à Câmara, pois à Câmara não fazem nada. Referiu que se o Senhor Deputado tinha dúvidas que as devia esclarecer no sítio certo pois na sessão devia estar a discutir o orçamento dizendo se concorda ou não concorda. Se tem dúvidas de pormenor aconselhava-o a fazer um requerimento que receberia as devidas respostas. Posto isto, disse que prescindia de dar mais qualquer esclarecimento, pelo que terminava a sua intervenção. ----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), que referiu estar a fazer perguntas e a levantar questões que se relacionam com o orçamento e o Plenário estava a discutir verbas, as verbas que constavam do orçamento. Portanto, afirmou não se tratar de qualquer invenção sua e que a Assembleia Municipal era o sítio certo para o Senhor Presidente da Câmara lhe responder, o sítio certo em que o podia pressionar, não na rua, nem nos Serviços Municipalizados. Mas como



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Senhor Presidente da Câmara não lhe tinha querido responder e deixou o assunto em suspenso, referiu que as dúvidas ainda se mantinham e tinham ficado por esclarecer. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Senhor Deputado tinha responsabilidades, como Deputado Municipal, representante de uma parcela do povo, não deveria fazer perguntas daquele género às quais não iria responder, porque se deveria documentar para saber como tudo funcionava, e não servir-se da Assembleia para adquirir conhecimentos. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia conferiu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, afirmou estarem a discutir o orçamento dos Serviços Municipalizados quando o mesmo já estava desactualizado, tendo em conta a legislação criada pelo Governo, e aprovada na Assembleia da República, a proibir a taxa de aluguer do contador. Nesse âmbito, constatou que a verba referente ao aluguer de contadores e colocação de contadores, na ordem dos trezentos e vinte e três mil euros, estava automaticamente desactualizada por imposição governamental, e aproveitou para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o que estaria a pensar fazer para colmatar essa falta, perguntou, mesmo, se iria aumentar ou manter o preço da água. -----

----- A terminar, o Senhor Deputado João Morais (CDU) sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara, para não privatizar a água porque, como disse, "a água é um bem essencial do nosso povo", e andam pessoas em privatizar este sector, solicitando que esse não fosse o caminho da Câmara de Anadia. Reforçou a ideia de que o sector da água deve ser do Estado e do povo, pois "é um bem essencial à humanidade". -----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia informou o Plenário, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), de que o orçamento ainda não estava desactualizado, em tese estaria, mas que ainda não estava porque o diploma ainda não tinha sido promulgado e publicado em Diário da República, sendo que só a partir dessa altura, de facto, é que teria força de lei. Até lá estava em trânsito e não tinha força de lei, pelo que o orçamento estava de acordo com o que na altura existia e que ainda existe. -----

----- No uso da palavra o Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) começou por dizer que tinha ficado satisfeito com o facto dos funcionários dos Serviços serem funcionários com muita formação e que o Senhor Presidente da Câmara era um felizardo ao conseguir fazer a formação praticamente de borla, ou toda ela de borla, o que até dava para desconfiar. Relativamente às horas extraordinárias, reforçou a ideia de que o valor poderia ser reduzido em cinco, ou seis ou sete mil euros, porque, fazendo as contas, chega à conclusão, por exemplo, que em cada domingo serão feitas quarenta horas extraordinárias. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que, referindo-se à questão das horas extraordinárias, disse que talvez fosse bom o Senhor Presidente da Câmara esclarecer que essas horas extraordinárias eram feitas às tantas horas da manhã, a qualquer hora, e que havia um



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

piquete, que era quem ganhava as horas extraordinárias. Entretanto, apresentou alguns números e comentou que o valor de cem euros para indemnizações por cessão de funções era muito pouco, ainda que não soubesse de que indemnização se tratava, como também considerava insuficiente o valor de cem euros para assistência na doença dos funcionários públicos. Por outro lado, referiu que o montante de duzentos mil euros era um valor exagerado para encargos nas instalações e que quinhentos euros para assistência técnica seria muito pouco. Relativamente a sinalização e trânsito, lembrou que há ano e meio atrás tinha informado que os sinais existentes na Curia não estavam em vigor porque já lá estavam há quarenta anos, e perguntou se no orçamento estariam incluídos sinais para a Curia. Por último, perguntou para que eram os nove mil e quinhentos na rubrica "outros". -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, tendo começado por responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU) e por dizer que o orçamento poderia, na verdade, vir a ficar desactualizado, mas que no momento não estava. Sobre a pergunta se iria aumentar a água, respondeu que alguma coisa iria aumentar se tirassem o aluguer dos contadores. Referiu que o grande detentor da distribuição de águas, as Águas de Portugal, também vai assediando Anadia. Lembrou que aquela empresa cobra a água ao dobro ou ao triplo daquilo que se cobra no nosso concelho, mas aproveitou para garantir ao Senhor Deputado que, enquanto fosse Presidente da Câmara nunca privatizaria tal serviço, a não ser que houvesse algum Governo que o obrigasse a fazer isso, ou seja, a privatizar um serviço público, um serviço público que dá emprego, um serviço público que presta serviço ao público de uma forma humana. No entanto, não deixou de referir que o Governo apontava para a subida da água, mas, como tinha dito o Senhor Presidente da Assembleia, ainda não tinha passado aos factos consumados, pelo que aguardava para ver o que estaria reservado, tendo acrescentado que estaria disponível para gerir a situação da melhor maneira possível. Aproveitou para informar o Plenário de que, apesar de tudo, a água em Anadia, de acordo com as tabelas que foram aprovadas, continua a ser a água mais barata dos concelhos vizinhos, muito mais, o que configurava um sinal de que o Município ainda vai prestando um bom serviço. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado José Carlos Coelho, o Senhor Presidente da Câmara disse não ser muito dinheiro de horas extraordinárias, porque horas extraordinárias não têm nada a ver com os piquetes. Explicou, então, que os piquetes são, realmente, pessoas que são nomeadas e estão disponíveis para atender às situações emergentes, porque o que vai ganhar as horas extraordinárias é o que vai corrigir de imediato, independentemente das horas. -----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), e referindo-se aos duzentos mil euros que o Senhor Deputado disse ser muito dinheiro, refutou essa afirmação, considerando o preço afluente a que se encontra a distribuição de energia e esses duzentos mil correspondiam ao que os Serviços pagam de electricidade com o funcionamento das ETAR, dos furos, e de tudo o resto. Quanto à assistência técnica, explicou ter uma verba de cem euros porque os Serviços vão tendo pessoas capacitadas para a fazer



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque se tivessem de adjudicar a uma empresa de serviços de electricidade, de computadores, etc., de certeza a verba aumentaria. Sobre a questão da sinalização, reconheceu que provavelmente os sinais na Curia não estariam actualizados, mas a Câmara estava a encomendar sinalização para proceder a essa actualização. A rubrica "Outros" que o Senhor Deputado falou de nove mil e quinhentos euros, explicou que da mesma fazia parte uma lista de pequenas coisas que, depois de somadas, atingiu aquele número. -----

----- Decorrida a explicação do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação do ponto três da ordem do dia, tendo sido o mesmo aprovado, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra, após o que deu por encerrado o ponto em questão -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia deu entrada no ponto quatro da ordem do dia: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse para a economia do Município da existência de uma unidade industrial de destilaria de aguardente, sita em Vale de Avim, Freguesia da Moita, em nome de Caves do Solar de São Domingos, S.A., de acordo com o previsto na alínea e) do n.º 1 do art.º 19.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Anadia", após o que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a sua apresentação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu tratar-se de um assunto que tinha sido aprovado por unanimidade no Executivo Municipal, pelo que não oferecia dúvidas por estar enquadrado nas normas que o regulamento do PDM prevê. Explicou, ainda, que para que as Caves do Solar de São Domingos venham a possuir a licença de laboração daquela unidade industrial, necessitam de reconhecido o interesse da instalação para a economia do município, o que estava a ser proposto. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que declarou que face aos elementos constantes no dossier e os pareceres, a posição do GM do PS era favorável. O Senhor Deputado aproveitou, também, para desejar a todos, em nome do seu GM, Boas Festas e um bom ano novo. -----

----- Depois da curta intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), foi concedida a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que começou por declarar que o seu voto também seria favorável. No entanto, perguntou se não eram exigidos uns tanques porque tinha sabido, de uma obra que estava a ser feita no Paraimo, que tinham sido criados alguns problemas a uma destilaria por esse motivo, ainda que a situação pudesse não ser coincidente. Aproveitou, também, para desejar a todos "uma boa saída e que entrem muito bem". -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que informou que a posição do seu GM era de não inviabilizar a obra, mas também não a aprovava. Era uma posição de abstenção por considerar que o Governo, através do Ministério da Economia e do Ministério do Ambiente, é que deve ter a decisão final e a responsabilidade de licenciar a obra, uma vez que tanta dificuldade tem



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

criado, no concelho de Anadia em termos de PDM, pelo que deverão ser eles a assumir a responsabilidade final. -----

----- O Senhor Deputado António Silva (PSD) interveio, de seguida, para declarar que GM do PSD votaria favoravelmente o ponto e para agradecer os votos que lhes tinham sido dirigidos pelos colegas do PS e do CDS-PP. Aproveitou, também, para desejar a todas as pessoas um resto de ano muito bom e que as entradas, apesar do fecho das urgências, fossem melhor do que este ano. -----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que a destilaria a que o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) se tinha referido tinha uma situação completamente diferente. A destilaria das Caves do Solar de São Domingos teve de ser presente à Assembleia Municipal por estar fora de uma zona industrial, fora dos perímetros urbanos, ainda que existisse à data do PDM, mas foi deixada de fora. Explicou, ainda, que o PDM, apesar de tudo, deixou uma abertura para estes casos que ficaram fora, desde que funcionem de acordo com as exigências do Ministério da Economia, porque as Caves do Solar de São Domingos precisam do reconhecimento da Assembleia para poderem fazer obras para poderem funcionar, cumprindo as regras impostas pelo Ministério da Economia. Esclareceu que as situações são diferentes e que este em particular não responsabiliza a Câmara, mas a mesma está obrigada a dizer sim ou não. No caso em discussão, considerou estarem reunidas todas as condições para dar uma resposta positiva, porque a obra existia antes da entrada em vigor do PDM mas não foi incluída nos perímetros, e como o Regulamento do PDM prevê que possa ser declarado o interesse público, o interesse económico para equipamentos públicos, era isso que estava a ser proposto. No entanto, disse que não queria que ficassem a pensar que a Câmara tinha um procedimento desigual, pelo que passou a explicar que a destilaria no Paraimo, a que se referiu o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), não tinha nada comparável com este caso. -----

----- Concluído o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto quatro da ordem do dia e passou à sua votação, da qual resultou a sua aprovação, por maioria, com vinte e oito votos a favor, uma abstenção e zero votos contra. -----

----- Encerrado o ponto quatro da ordem do dia, informou o Plenário de que tinha sido apresentado à Mesa um requerimento do PSD a propor a aprovação em minuta dos pontos da ordem do dia, inscritos sob os números dois, três e quatro. Votada a proposta, a mesma foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor. -----

----- Dando por encerrado o período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada ao período de intervenção do público nos termos do art. 36.º do RAMA, e, de imediato, deu o mesmo por encerrado por não ter havido lugar a qualquer intervenção. -----

----- Antes de dar por encerrada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os votos de todos os GM e aproveitou para, da sua parte e da parte da Mesa da Assembleia, desejar umas excelentes saídas e entradas, apesar das questões que a todos



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estavam a perturbar. Desejou, também, um excelente ano de 2008 a todos os Senhores Deputados, à comunicação social e ao público presente, com muita saúde, sobretudo muita saúde, mas, também, muita paz e um bocadinho de sucesso, que também faz bem. Depois, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proferir algumas palavras. O Senhor Presidente da Câmara desejou um bom ano para todos, um ano novo que disse que poderia ser melhor se todos se entendessem a conversar e a lutar por aquilo que é interessante para o Município de Anadia, que todos se apresentem na Assembleia animados dessa forma de sentir que todos estão irmanados do mesmo ideal, fazer o melhor possível. Desejou, ainda, que o ano seja, na medida do possível, bem melhor que o actual e que a passagem de ano seja passada com, pelo menos, um momento em que sejam esquecidas todas as agruras do quotidiano. -----

----- Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal deixou uma última palavra aos funcionários da Câmara Municipal, nomeadamente ao que se encontravam na sessão, que se têm mantido firmes, e que felizmente se têm mantido assim ao longo do ano. Disse que "cá estaremos novamente em dois mil e oito para continuar a trabalhar" em nome do Município de Anadia. ----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, quando eram cerca de dezanove e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
